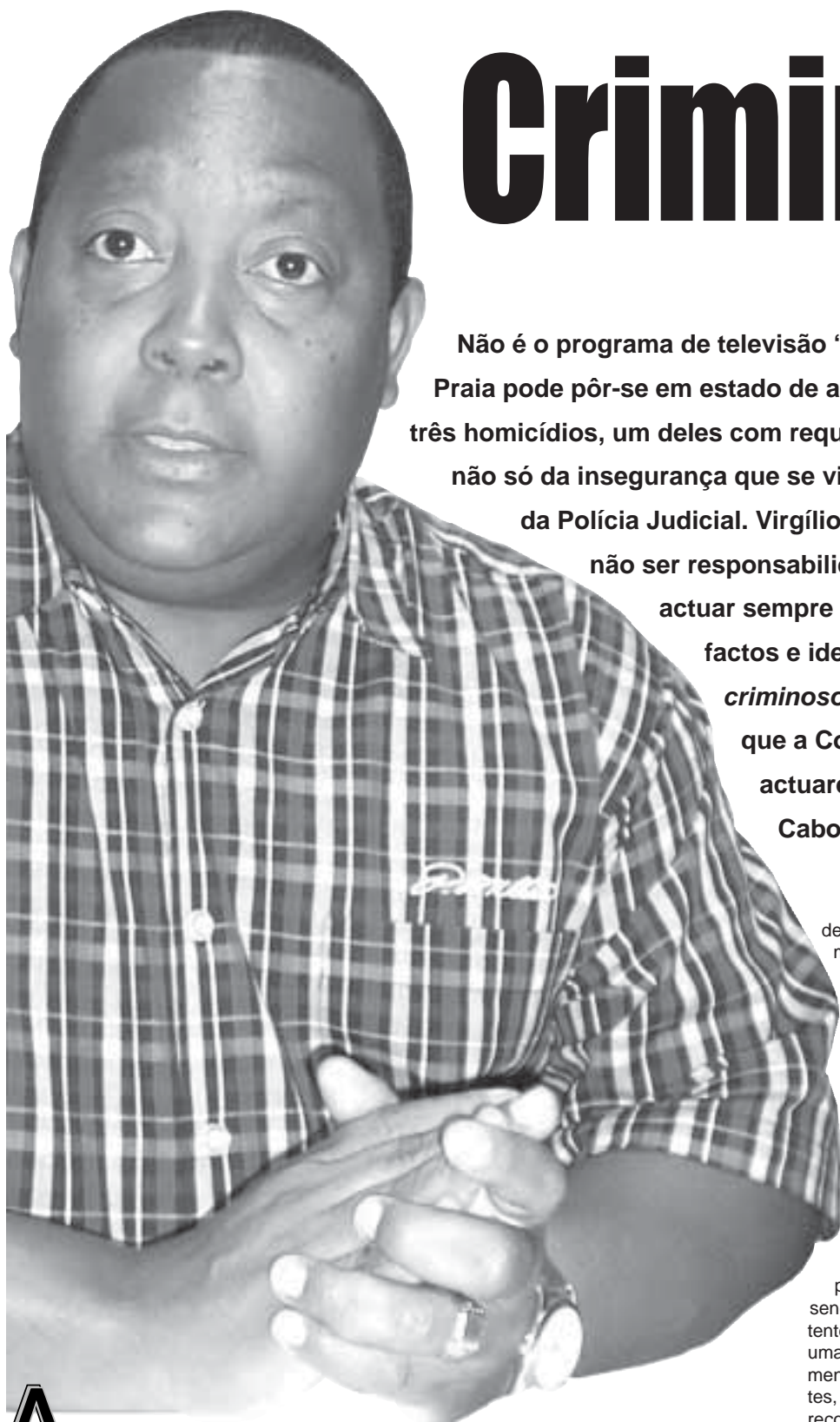


# Criminosos protegem



Não é o programa de televisão “*Cidade Alerta*”, do Brasil, mas bem que a Cidade da Praia pode pôr-se em estado de alerta, já que, em apenas uma semana, aconteceram três homicídios, um deles com requinte de crueldade sem par em Cabo Verde. E para falar não só da insegurança que se vive na capital, este jornal entrevistou o Director Central da Polícia Judicial. Virgílio Varela afirma que, apesar do policiamento ostensivo não ser responsabilidade principal da sua corporação, esta tem procurado actuar sempre que surgem focos de criminalidade, apurando os factos e identificando os seus autores. Entretanto, alega que “os criminosos” estão a revelar-se conhecedores das protecções que a Constituição e as demais leis estabelecem para actuarem quase que impunemente. Isto porque o crime em Cabo Verde tende a sofisticar-se cada vez mais.

Por: PAULA MOSSO

Actualidade

Sexta-feira, 11 de Fevereiro de 2005

**A** Semana - A sociedade reclama da insegurança que se vive no país. A PJ tem ou não conhecimento das bolsas de criminalidade existentes no país?

Virgílio Varela - Com certeza. O sentimento de insegurança prevalecente resulta, entre outros factores, do aumento, ainda que ligeiro, de crimes contra a propriedade nos principais centros urbanos e de alguns crimes violentos, sobretudo homicídios, cujos autores ainda não foram identificados. O facto de vivermos numa sociedade pequena onde toda a gente se conhece favorece a partilha de experiências de vitimização e, em consequência, induz ao aumento do sentimento de insegurança. A PJ tem procurado actuar sempre que surgem focos de criminalidade, apurando os factos e identificando os seus autores.

- Três assassinatos em uma única semana é muito, não acha? O que está a acontecer? Os cabo-verdianos acham que a PJ não anda a funcionar. O que nos diz a isso?

- A função da PJ é reactiva. Só vai ao terreno investigar os casos quando surgem homicídios. Não tem uma vertente preventiva forte, como acontece com as outras polícias. Dos três homicídios desta semana, dois dos autores já são conhecidos, faltando o caso de segunda à noite para identificar o autor. No ano passado, entre homicídios frustrados e

homicídios tentados, entraram 44 casos na PJ, destes 31 saíram para acusação, quer dizer em 31 há autores. E dos 13 estamos a aguardar que os exames laboratoriais cheguem de Portugal. Isto significa que a PJ tem actuado nos homicídios e com bons resultados.

- Mas o indivíduo estava desaparecido havia uma semana...

- Mas só comunicaram à Judiciária no sábado, e o corpo apareceu na segunda-feira. Neste momento estamos a fazer a autópsia e vamos fazer as diligências de investigação com vista a descobrir e apurar não só os factos como os seus autores.

- Há também uma constatação: os crimes estão a afunilar-se aqui na Praia. Quer comentar?

- Essa é uma questão bastante complexa e eu não tenho uma resposta fácil para isso. É evidente que muitos dos crimes violentos que acontecem na Praia têm na sua origem negócios de droga. Também não é segredo para ninguém que boa parte dos traficantes de origem cabo-verdiana, que estão referenciados quer internamente quer na Europa, residem na ilha de Santiago, e mais precisamente na Praia. Isto pode contribuir para que haja de facto crimes violentos relacionados com ajustes de conta de negócios da droga. Mas também é preciso não esquecer que a Praia tem uma população grande na escala

de Cabo Verde e isso pode levar a que haja mais crime e que ela seja mais visível na Praia do que nas outras ilhas.

- Há zonas na Praia que são conhecidas como pontos de droga e de prostituição. Todos sabem, a PJ tem conhecimento disso e entretanto não se conhecem grandes “rusgas” da PJ nesses lugares. E a situação chegou a tal ponto que são os próprios moradores desses bairros a dizer que têm medo de andar na rua, mesmo de dia...

- É exagero dizer que as pessoas têm receio de sair à rua de dia. Contudo, o policiamento ostensivo não é da responsabilidade da PJ, que tem funções essencialmente de investigação criminal. A vertente preventiva, embora também lhe caiba uma certa parte, não é a principal. Relativamente aos pontos de venda de estupefacientes, a PJ tem permanentemente procedido à recolha, tratamento e análise da informação criminal e tem desencadeado operações visando a apreensão do produto e a detenção dos autores.

- Zonas como São Bento, Safende, Di Nôs, na Praia, e Ribeira Bote, São Vicente, são consideradas pontos de droga e prostituição. O que a PJ tem feito concretamente?

- A prostituição, neste momento, não é crime em Cabo Verde, portanto, a judiciária não se ocupa dela. Quanto à droga, a PJ está constantemente a realizar operações de combate ao tráfico de estupefacientes e com resultados positivos. O problema é que prendemos um indivíduo e no dia seguinte ele sai em liberdade e volta a vender, isso porque as pessoas que são presentes no tribunal por pequeno tráfico, pela venda directa aos consumidores, geralmente ficam sob termo de identidade e residência, não ficam em prisão preventiva. O que as pessoas vêem no tribunal é que não aplica a prisão preventiva e, se ela não é praticada, acaba por dar a impressão que a sua actividade não é censurável. Basta dizer que há indivíduos que já foram presos duas e três vezes na posse de estupefacientes, efectuando venda directa aos consumidores, e ficam em liberdade provisória, em termos de identidade e residência, e continuam a vender.

- Então a responsabilidade é do Tribu-

nal que deixa estes indivíduos soltos?

- Não. Não é responsabilidade do Tribunal. Este limita-se a aplicar a lei, porque a prisão preventiva é uma medida de excepção. É a medida mais gravosa de coacção que existe no nosso Código de Processo Penal. Por isso só se aplica em casos extremos: o Tribunal só se limita a aplicar a lei que existe.

- O problema estaria na lei?

- O problema está no entendimento das pessoas de que efectivamente o termo de responsabilidade e de residência constitui quase que uma não censura pela conduta ilegal que tiveram. E como elas não valorizam o termo de identidade e de residência, há pessoas que são detidas várias vezes e continuam a efectuar este tráfico.

Uma coisa que eu quero referir é que, nestas zonas, por as pessoas já terem vários contactos com a polícia e com os tribunais acabam por saber que a PJ só efectua buscas domiciliárias de dia, e não à noite. Então, efectuam grande parte do tráfico nas suas residências e à noite. E isso é um imperativo da Constituição que tem causado dificuldades à PJ.

- E não se pode proceder a buscas domiciliárias mesmo com a autorização do Tribunal?

- Não. À noite não é possível fazer buscas domiciliárias em Cabo Verde. E estes indivíduos aproveitam deste óbice que a lei impõe para traficar à noite e nas suas próprias residências.

- O senhor disse que muitas vezes os consumidores funcionam como vigilantes dos traficantes...

- Isso funciona na maioria das zonas, porque estes consumidores são indivíduos que praticam furtos e roubos. Têm passagens constantes pela PJ, conhecem os nossos carros e os nossos agentes muito bem, então ficam a vigiar nas imediações das residências dos traficantes ou nos pontos de acesso às suas residências. Vigiam, e com assobios alertam os traficantes quando aparece alguém da PJ. Eles são pagos pelos traficantes com doses de estupefacientes. Também há alguns membros menos honestos da população e menos conscientes dos seus deveres que também alertam os traficantes. Mas temos procurado trabalhar com os elementos bons que existem nestes locais e que têm facilitado o exercício das nossas funções.

# gem-se na Constituição

**- Sendo Cabo Verde um país pequeno onde todo o mundo conhece os agentes da PJ, não acha que a nossa polícia científica devia também buscar meios alternativos para driblar essa realidade?**

- Nós sabemos que isso é um grande constrangimento. Num meio pequenino em que toda a gente se conhece, em que toda a gente é família de toda a gente, se, por um lado, os criminosos têm a vantagem de conhecer todos os funcionários da PJ, os funcionários da PJ também têm a especial obrigação de conhecerem todos aqueles que são criminosos, e procuramos fazer desta pequena desvantagem uma vantagem real no combate à criminalidade. Mas nós não descuramos este facto, e é exactamente por Cabo Verde ser um meio pequeno e por nós sermos muito poucos é que a premência dos meios técnicos é ainda maior. Aí é que temos que ter meios técnicos de obtenção de provas para subplantar, de facto, estas dificuldades que nos são impostas quer pelo meio, quer por essa interacção permanente que existe entre as pessoas em Cabo Verde.

## MAIS MEIOS E MAIS AGENTES

**- A PJ tem falta de meios?**

- Evidentemente que sim. A PJ, em termos de recursos humanos para a investigação criminal para todo o Cabo Verde, dispõe de apenas 59 agentes, quatro sub-inspectores e cinco inspectores. Temos inspectores a acumularem secções de investigação criminal e serviços especializados com prejuízo para o bom desempenho das suas funções, pois por mais que se esforcem não conseguem dar vazão a tão elevada carga de trabalho. Há brigadas de investigação criminal chefiadas por agentes, por não haver sub-inspectores em número suficiente. Em Maio teremos 13 novos sub-inspectores dentro do grupo dos actuais 59 agentes. Isso significa que em breve o número de agentes sofrerá uma redução de 59 para 46. E realço que a PJ não tem nenhum funcionário de investigação criminal em trabalhos administrativos. Ora, é com esse pessoal que a PJ responde às demandas dos cidadãos, às centenas de solicitações dos tribunais, efectua as vigilâncias, as notificações, as buscas domiciliárias, os interrogatórios dos arguidos, detenções etc., etc. Sem contar com a formalização de todos os actos processuais.

Por outro lado, em termos de meios técnicos para a investigação criminal, a PJ mantém praticamente os mesmos meios desde 1995, data em que iniciou as suas actividades. O LPC (Laboratório de Polícia Científica) continua por equipar criando enormes dificuldades ao pessoal na resolução de casos de homicídio e de violação cometidos por desconhecidos. Continua a haver falta de recursos técnicos destinados à vigilância e à obtenção de provas. A Iofoscopia (parte da PJ que se ocupa das impressões digitais), outro sector fundamental para a PJ, sempre que se trata de identificar os autores de crimes, continua a trabalhar com sérias dificuldades de meios.

**- Falou em redução dos agentes?**

- Sim. Porque dos 59 que nós temos actualmente, 13 foram seleccionados para irem fazer o curso de sub-inspectores. Portanto, o número de agentes que é de 59 irá reduzir para 46.

**- E o que a PJ vai fazer para driblar esta situação, num momento em que o país vive um sentimento de insegurança?**

- Já solicitámos ao Ministério da Justiça a

autorização para a selecção e recrutamento de pelo menos mais 30 agentes. O agente é a peça principal de investigação criminal. É a categoria mais importante da PJ já que é ela que vai ao terreno investigar. E é onde a PJ tem actualmente as maiores carências.

**- Volta e meia aparecem pessoas que se dizem vítimas do espancamento destes agentes e dos próprios inspectores, ou que acusam de estar mais preocupados em exibirem-se do que resolver os crimes. Quer comentar?**

- Repare, sempre que há uma denúncia de que alguém foi espancado pela PJ nós temos que levantar um inquérito. De início éramos nós a fazer este inquérito, mas depois, porque notámos que poderia haver um certo corporativismo das estruturas da PJ, passámos a pedir à Procuradoria Geral da República que o realizasse, para apurar os factos e as responsabilidades dos nossos funcionários, se os houver. Nos casos em que se apurou efectivamente a responsabilidade dos nossos funcionários, nós sempre fomos consequentes e mandámos instruir um processo disciplinar. Mas o que eu quero realçar é que nem todos os casos em que há denúncia há efectivamente agressão. Em muitos casos as pessoas denunciavam como forma de subtraírem a acção da polícia. Dizem que foram espancados para tentarem pôr em xeque as provas obtidas porque sabem que a prova obtida mediante espancamento, agressão ou tortura é nula. E não são poucas vezes que essas pessoas são aconselhadas pelos seus defensores a dizer que foram agredidas e espancadas. Daí haver um esforço no sentido de se procurar verdadeiramente e de levar o indivíduo a provar que foi agredido, porque não basta dizer que foi agredido, tem que provar que foi agredido e isso muito raras vezes acontece.

**- Um caso mediático e que fez correr muita tinta foi o dos agentes que abordaram um taxista em São Vicente nas imediações do cemitério. Que foi que aconteceu?**

- As justificações foram dadas pelo inspector e ele pediu desculpas pela precipitação que houve na abordagem ao veículo. Nós, naturalmente, assumimos os custos da reparação da viatura e pedimos desculpas ao taxista e à senhora passageira, procurando minimizar os factos. Mas nada justificava os tiros à viatura naquela hora. Houve excesso na abordagem da viatura

**- Em São Vicente a PJ está sem meio de transporte. É que das cinco viaturas que dispõe, quatro estão paradas na oficina à espera de peças restando apenas uma disponível. Como a polícia científica pode trabalhar sem meios de transporte?**

- Temos vindo a alertar o MJ há bastante

tempo. É que por estas viaturas serem antigas, datam de 1995, praticamente já atingiram o seu tempo de vida útil para a PJ, porque são viaturas que circulam a tempo integral. E os condutores, por serem muitos e por cada um os usar como quer, levam à sua rápida deterioração.

Mas de qualquer forma, para São Vicente, o MJ já autorizou a compra de mais duas viaturas que, apesar de não resolverem o problema da ilha irão certamente amenizar o problema. Repare que São Vicente tem apenas duas viaturas a circular, o que é manifestamente pouco, quando já tivemos cinco e seis. Mas o mesmo problema se põe em relação à Praia, que está a viver a mesma situação. Temos viaturas bastante antigas, que estão constantemente avariadas, que estão cons-



**“ O que as pessoas vêem no tribunal é que não aplica a prisão preventiva e, se ela não é praticada, acaba por dar a impressão que a sua actividade não é censurável. Basta dizer que há indivíduos que já foram presos duas e três vezes na posse de estupefacientes, efectuando venda directa aos consumidores, e ficam em liberdade provisória, em termos de identidade de residência, e continuam a vender. ”**

tantemente a serem reparadas, a consumirem dinheiro desnecessariamente quando se poderia ter viaturas novas, mais adaptadas à PJ e mais funcionais, dando assim melhores respostas aos cidadãos.

**- E no Sal?**

- No Sal enviámos no ano passado uma viatura nova, e como são menos pessoas não temos de facto problemas de viaturas.

**- Sal, porta de entrada de Cabo Verde e muitas vezes de drogas, o número de agentes não é insuficiente?**

- É manifestamente insuficiente. Mas proporcionalmente a São Vicente e à Praia é o número que podemos ter neste momento. Repare que em todo o Cabo Verde temos 59 agentes: nove no Sal; 32 na Praia e 18 em São Vicente. São números insuficientes sobretudo para o Sal, onde a PJ está sedeadas nos Espargos e o núcleo mais importante da

ilha é Santa Maria. E há a questão dos transportes, da criminalidade que está a aumentar porque está a aumentar a população e sobretudo porque há uma massa grande flutuante que são os turistas, que são alvos de furtos e roubos. Em Dezembro aumentámos o número de agentes de seis para nove e para isso fomos buscar um agente na Praia e dois em São Vicente.

Portanto, é necessário mais formação de agentes, de inspectores, para que possamos responder à demanda de segurança em todo o país. Basta comparar o efectivo que tem a PJ e com o que tem a Guarda Fiscal, 300 e tal elementos. A POP tem mil e tal. O número da PJ é efectivamente insuficiente diante das tarefas que tem. E face ao número de efectivos que a PJ tem, aos meios que dispõe, estamos a trabalhar muito bem e a dar resultados.

**- E para quando o concurso para sub-inspectores?**

- Relativamente ao concurso, a senhora ministra da Justiça autorizou a abertura de um concurso de acesso à categoria de sub-inspectores. Trata-se de concurso interno e que só podem ser concorrentes agentes. Nesse concurso participaram 33 candidatos, salvo erro, e desse número o júri seleccionou doze. Não houve nenhuma reclamação formal, nenhum recurso da decisão do júri. O concurso decorreu na maior normalidade, o director central não era júri e boa parte do concurso decorreu com o director central no exterior do país. Não houve qualquer intervenção do director central ou qualquer tipo de influência do director central na decisão do júri. Ele é soberano, decidiu e a senhora ministra homologou a lista definitiva dos candidatos, depois de transcorrido o prazo de reclamação e de recurso.

**- Como está o processo de promoção na PJ e das transferências no Sal?**

- Relativamente às transferências, o pessoal que se encontrava no Sal na altura reclamava muito das transferências, já que o nível de vida no Sal é mais caro do que no resto do país. Reclamavam e tinham razão, entretanto tentamos arranjar candidatos para ir para o Sal, conseguimos, e desde o dia 7 de Janeiro que as transferências já foram efectivadas do Sal para Praia e da Praia para o Sal.

**- A PJ trabalha com um sector sensível e exigente que é a investigação criminal. Os seus agentes estarão à altura dessas responsabilidades?**

- Toda a criminalidade contra desconhecidos que é aquela que exige investigação, consome tempo e exige meios é da responsabilidade da PJ.

**- A impressão que o público diz ter é que a PJ começa uma investigação para a largar depois no meio, que não dá continuidade aos processos. Quer comentar?**

- É uma impressão errónea. Quando as pessoas se queixam na PJ fazem-no geralmente contra desconhecidos. O processo segue para investigação o que leva tempo e exige meios. E, quanto menos indícios houver no local do crime mais tempo leva a investigação, e quanto menos meios houver para identificar e tratar um vestígio mais demorada e trabalhosa é a investigação.

No entanto, devo dizer-lhe que a PJ labutando em dificuldades, em termos de meios humanos e materiais, tem feito um trabalho que é reconhecido por quase toda a gente. E são os próprios magistrados que o dizem. Mais de 90% dos processos acusados e julgados nas Comarcas de São Vicente, da Praia e do

# PJ mais eficiente



Sexta-feira, 11 de Fevereiro de 2005

Sal são processos instruídos e investigados pela própria PJ. O que demonstra que a PJ se tornou numa peça importante para o próprio funcionamento do sistema da justiça em Cabo Verde.

**- Acha que o crime em Cabo Verde está a sofisticar-se**

- Visivelmente que sim e na origem de tudo isso podem muito bem estar negócios da droga. Mas a sociedade cabo-verdiana também está a complexificar-se, há muitos outros factores que contribuem para que o crime continue a crescer. Há uma deficiente iluminação pública, aqui na Praia - no Plateau praticamente não há iluminação pública, para não falar dos outros bairros suburbanos - e isso também é outro factor que pode contribuir para que haja crime. Mas a questão da criminalidade é complexa e as causas nem sempre são fáceis.

**- E a circulação de armas também é uma situação complexa?**

- Temos vindo a apreender constantemente armas de fogo. E as armas 6.35 e 7.65, são as que nós mais apreendemos. De facto há essa sensação de que há cada vez mais armas a circular no país. Mas temos estado atentos, temos procurado fazer operações em horários nocturnos nos locais que possam favorecer a prática de crime, e uma das intenções é capturar armas que estejam a circular ilegalmente.

**- E o caso do magistrado Arlindo Figueiredo em que pé se encontra?**

- Continua em fase de investigação e instrução.

**- Noutro dia o defensor do alegado autor dos disparos contra Figueiredo disse que as provas apresentadas contra o seu cliente são insuficientes.**

- Eu li isso. O que posso dizer é que ele não conhece as provas. Ele não teve acesso ao processo, portanto, não conhece as provas.

**- Mas sendo ele advogado não tem acesso a estes dados?**

- Ainda não, porque o processo está em fase de instrução. Ele só terá acesso ao processo depois de ser notificado da acusação.

**- Na altura houve quem dissesse que a PJ estava a mostrar serviço e que tinha agido rápido de mais por se tratar de um magistrado.**

- Não, não, não. Eu sei porque li este comentário, mas posso garantir que tal celeridade

nada tem a ver com o facto de a vítima ser magistrado. A PJ só actua se existir indícios fortes. Neste caso a PJ surpreendeu este indivíduo porque entendeu que existiam indícios fortes que levavam à sua captura e à sua apresentação ao tribunal para a legalização da prisão.

**- ...e quais são estes indícios?**

- Isso eu não lhe posso dizer. E, se reparar, a PJ até solicitou ordem de captura que foi passada pelo Ministério Público. E a prisão foi legalizada por um juiz. Repare que são três intervenientes: é a PJ a pedir, é o MP a anuir e é o juiz a dizer, "olhe, efectivamente há fortes indícios de que este indivíduo é o autor desse crime". Por isso é que ele foi posto em prisão preventiva e neste momento está a aguardar a instrução do processo na cadeia de São Martinho.

**- E o Processo do Aramis e do Dário? Alguma novidade?**

- Compreenderá que são processos que ainda estão em investigação, portanto, sujeitos ao segredo de justiça. O que posso dizer é que continuam a ser investigados em cooperação com a polícia portuguesa e a holandesa, porque são processos que estão interconexados, tem conexão com estes países.

**- Já agora, qual a relação da PJ cabo-verdiana com as polícias internacionais, nomeadamente a Interpol?**

- Na PJ cabo-verdiana está sedeada o gabinete nacional da Interpol. O que significa que quem representa Cabo Verde junto da Interpol é a Polícia Judiciária Nacional. E qualquer cooperação feita com as outras polícias ou é feita a nível bilateral ou é feita a nível da Interpol, que é uma organização internacional onde estão sedeadas todas as outras polícias.

Também temos boas relações com a Polícia Judiciária portuguesa, com a Polícia Federal Brasileira, a Guarda Civil da Espanha e com a Agência Aduaneira espanhola. Estamos a multiplicar os nossos parceiros de cooperação a nível policial, de modo a que possamos aceder a um maior número de informação.

**- Há quem diga que foi devido a informações da Interpol e da Polícia espanhola que vocês tiveram o sucesso que tiveram na chamada "Operação Águia". É verdade?**

- Nada mais falso. Toda a informação relativa a esse processo foi tratada pela inspecção de São Vicente. Foi ela que teve acesso à informação, trabalhou-a, conseguiu uma operação com grande êxito e permitiu que a direcção central na Praia apreendesse o resto da droga que não foi possível apreender em São Vicente. Portanto, não houve cooperação com nenhuma outra polícia, foi mérito total da inspecção de São Vicente. As pessoas normalmente dizem isso para tentar desvalorizar os êxitos da PJ.

**- E de onde veio toda aquela droga?**

- A droga chegou por via marítima. Foi descarregada em São Vicente e foi saindo aos poucos para a Praia, e da Praia para o estrangeiro, sobretudo Portugal, França e Holanda. Apesar da maior parte da droga ter sido apreendida em Cabo Verde, também em Portugal, Holanda e França apreenderam muita droga.

**- E nas nossas costas, em Santa Luzia por exemplo, pode estar a desembarcar drogas?**

- Obviamente que sim. Grande parte do tráfico, por via marítima, entre as Américas e a Europa, passa por águas cabo-verdianas, isso é um facto. É só verificar a quantidade de droga que foi apreendida em Espanha e cujos barcos estiveram ou ancorados em portos cabo-verdianos ou passaram por nossas águas.

**- Em 2004 a PJ apreendeu um número significativo de estupefacientes em que a maioria dos envolvidos eram rabidantes. Existe uma rede entre elas? As rabidantes de Santiago têm alguma relação com as rabidantes das outras ilhas, por exemplo São Vicente?**

- Se existe alguma relação criminal entre as rabidantes de São Vicente e as de Santia-

**“ 2004 foi sem dúvida nenhuma o melhor ano da PJ em termos de combate à droga. Foi o ano em que se apreendeu a maior quantidade de cocaína. Mas estivemos também muito bem nos crimes contra a propriedade, onde fizemos sair o maior número de processos para a acusação destes crimes. Tivemos um excelente nível de recuperação de objectos e também muitas detenções fora de flagrante delito. Tudo isto é resultado da investigação de processos que se encontravam pendentes na PJ. ”**

go isso não conseguimos apurar até hoje. O que temos aqui em Santiago, em termos de tráfico de droga de rabidantes, é que elas funcionam como correios. Viajam constantemente entre o Brasil e Europa, sobretudo Portugal, têm grande mobilidade e viajam sempre com grandes quantidades de bagagem tendo por isso facilidades em dissimular a droga no meio da bagagem que transportam. Mas se há essa relação nós nunca apuramos.

**- O que é feito da droga apreendida em Santiago já que até agora não temos nenhuma notícia em como procederam à sua queima?**

- A droga apreendida em Santiago e no Sal está devidamente arrecadada no cofre forte da PJ. Nós estamos a cumprir o procedimento legal instituído, para a destruição por incineração das drogas apreendidas. Todas já têm exame laboratorial aguardando-se apenas que haja autorização dos vários magistrados titulares dos respectivos processos, nas diversas Comarcas (Sal, Praia, Santa Catarina e Tarrafal) para se marcar a data da sua destruição. Como sempre acontece, convidaremos a comunicação social a testemunhar o

acto, que vai ser levado a cabo com o maior rigor e transparência, na presença de magistrados e técnicos laboratoriais, de molde a evitar-se especulações infundadas.

**- E qual é a quantidade de droga apreendida?**

- No ano passado nós apreendemos 326 kg de cocaína, toda a droga que foi apreendida e que não foi destruída em São Vicente será destruída na Praia. E há ainda cannabis, só no ano passado apreendemos mais de 900 kgs. Portanto, tudo isso será objecto de uma única destruição.

**- Qual o balanço da PJ em 2004?**

- Foi sem dúvida nenhuma o melhor ano da PJ em termos de combate à droga. Foi o ano em que se apreendeu a maior quantidade de cocaína. Mas estivemos também muito bem nos crimes contra a propriedade, onde fizemos sair o maior número de processos para a acusação destes crimes. Tivemos um excelente nível de recuperação de objectos e também muitas detenções fora de flagrante delito. Tudo isto é resultado da investigação de processos que se encontravam pendentes na PJ.

Estivemos também muito bem nos crimes contra as pessoas, sobretudo violações e abusos sexuais de menores onde tivemos também uma excelente taxa de sucesso. Estivemos também muito bem nos crimes de falsificação de documentos e moedas e nas burlas, sobretudo às ligadas aos crimes da nota preta.

A nível da formação, tivemos acções especializadas no tráfico de estupefacientes, no combate à corrupção, na falsificação de moedas, nos meios electrónicos de pagamento e documentos. Também na análise da informação criminal e no branqueamento de capitais. Neste momento um inspector encontra-se na Academia da FBI, num curso avançado de polícia

**- E que perspectivas para este ano de 2005. Será que podemos esperar uma PJ mais eficiente, mais forte?**

- Com certeza. Maugrado as dificuldades que enfrentamos e que enumei atrás, o brio profissional dos funcionários aliados a uma enorme auto-estima do pessoal contribuirão para aumentar a eficácia e a eficiência da PJ no combate à criminalidade. Por outro lado, em Julho entrará em funcionamento o Sistema de Informação Criminal da PJ. Contamos ter mais meios humanos e materiais, decorrentes do pedido que fizemos ao Ministério. Segundo promessa da ministra da Justiça, até o final do primeiro trimestre teremos a nova orgânica, os novos estatutos da PJ, o regulamento de classificação e louvor da PJ, o regulamento disciplinar da PJ, e o regulamento de deslocamentos e transferências da PJ. Será um ano que nós esperamos muito bom e que trará melhores resultados. Também contamos ter uma Polícia Judiciária devidamente equipada.

**- Para quando a mudança de instalações da PJ?**

- Já fizemos o levantamento das nossas necessidades relativamente ao edifício da Transcor. O edifício está bastante degradado, exige obras, e mesmo que a PJ vá para lá é necessário que se faça alguma remodelação interna. Queremos que se construa mais um piso, que se reforce o muro de protecção exterior e que se faça pequenas obras de embelezamento do próprio pátio interno que se encontra bastante degradado. Porque se trata de uma instituição do Estado e de uma polícia que, se vai para um local, e tem de contar com as mínimas condições de segurança para trabalhar. Sei que o MIT já contratou uma empresa para efectuar as obras. Neste momento estamos a aguardar para que se façam as obras, para que a PJ possa mudar com o mínimo de dignidade. Tudo indica que as obras vão ser realizadas brevemente e que possamos mudar ainda este ano.

**Uma das grandes questões que se coloca à humanidade nos tempos actuais é como livrar-se do lixo produzido. No Sal, Praia e Mindelo não é diferente. As câmaras gastam avultadas verbas para “controlar o lixo”. Todos os dias homens e mulheres trabalham duro para manter as ruas limpas, e muitas vezes sob condições precárias. Esses verdadeiros heróis, que fazem um trabalho por muitos desprezado, passam despercebidos à população, esquecida de que “há vida no meio do lixo”.**



LIXO, questão nacional de saúde pública

# Há vida no meio do lixo

**A** Semana ouviu desde responsáveis a trabalhadores das câmaras da Praia, Sal e São Vicente, para saber da situação do lixo nessas urbes. No Sal, quem entra na lixeira municipal dos Espargos, no Morrinho de Carvão, fica admirado com a “limpeza” do lugar. Pelo menos lá o lixo parece estar “sob controlo”. O próprio vereador do Saneamento e Ambiente, Antero Alfama, diz com orgulho que a lixeira dos Espargos “está entre as melhores do país”.

“Temos recebido até elogios dos estrangeiros que vêm cá visitar”, diz, por sua vez, Elídio da Cruz, 46 anos, um dos dois guardas da lixeira que, sozinhos e sem uniforme, luvas, ou outros acessórios adequados, vão garantindo o bom funcionamento do local. De segunda a domingo a trabalhar onze horas seguidas na lixeira, eles não têm onde fazer as suas necessidades fisiológicas, nem onde lavar as mãos — num trabalho que envolve queimar e enterrar animais mortos e todo o tipo de dejecto. Elídio queixa-se que, dependendo do tipo do lixo, a queima que é feita com pneus demora uns três dias e o fumo “faz-nos muito mal”.

Para além disso, porque a máquina escavadora da CM está avariada, os dois guardas têm de redobrar esforços para empurrar os resíduos que transbordam das valas: “Todo esse trabalho por 800 escudos o dia”.

O colega Cândido Soares, 43 anos, um homem alto e robusto a contrastar com o seu ar calmo, trabalha na lixeira há um ano. Era pescador, profissão que teve de deixar por razões de saúde: “Tinha o pescoço torto e não andava. Fui melhorando, mas, de vez em quando, ainda sinto umas dores nas pernas. Graças ao meu colega e primo consegui esse emprego”.

Cândido lembra que no início foi difícil

e vomitava a toda a hora. Além disso, os dois homens garantem que o trabalho é tão duro que chegam à casa cansados e sem forças para dar atenção à família.

Quanto aos varredores, estes queixam-se dos equipamentos velhos e do salário, segundo o próprio vereador Antero Alfama.

Na cidade da Praia, Francisco Vieira e Agnelo Monteiro Tavares, recolhedores de lixo, dizem que o salário é o nome da “feia” e queixam-se também dos equipamentos já mais que gastos: “A CM já fez vários encontros, mas até agora não houve melhorias”, diz um deles.

Sobre a situação em São Vicente, embora não tenha sido possível o contacto com os trabalhadores, pudemos apurar que vários varredores são vistos a trabalhar na rua sem luvas e sem máscaras.

## Equacionando o problema

Antero Alfama, vereador do Saneamento da CM do Sal, afiança que todos os seus trabalhadores são segurados e que o edil Jorge Figueiredo está a cuidar para que possam receber atendimento médico pontual. Sobre a questão dos equipamentos, diz que “todos os trabalhadores, inclusive os mecânicos, vão ter uniformes novos, ainda este ano”.

Quanto a outros acessórios, Alfama reconhece que cerca de 400 pares de luvas e duas mil máscaras de papel, recebidos pelo município, não servem para o tipo de trabalho que esses funcionários fazem tanto na rua quanto na lixeira.

O vereador também reporta que estão a ser estudadas possibilidades para que os trabalhadores possam ter um balneário em condições na nova oficina da CM. Explica, ain-

da, que a situação da máquina avariada é temporária uma vez que a sua equipe espera receber uma nova brevemente.

Já o vereador do Saneamento da Praia, Manuel Delgado, diz que embora a CM se tenha preocupado em fornecer equipamentos adequados duas vezes ao ano, são muitas vezes os trabalhadores que perdem os uniformes ou preferem ir trabalhar sem os mesmos. “Fiz uma reunião recente onde exigi aos controladores de cada bairro que multassem as pessoas que não estejam equipadas”, afirma.

De acordo com Delgado, a assistência médica dos funcionários está garantida pelo médico da CMP. Mas reconhece que “deveria haver um check-up anual”, que só não é feito por “dificuldades financeiras”.

No que toca aos salários aquele responsável diz que é uma situação que o seu pelouro tem procurado resolver, na medida em que há um grupo de cento e tal trabalhadores, remanescentes de um conjunto de 300 contratados a prazo em 1993, com salário inferior aos demais varredores. “Não devem ser considerados temporários, mas nem sequer são segurados. Já fizemos um levantamento da situação e, no próximo mês, vamos apresentar uma proposta concreta para a sua regularização”, promete.

Relativamente à lixeira da Praia, Manuel Delgado garante que aí laboram dois trabalhadores devidamente uniformizados oito horas diárias e que têm ajuda de uma máquina escavadora.

Quanto a São Vicente, segundo o José Carlos Bettencourt, os três funcionários da lixeira municipal trabalham em turnos de oito horas por dia, dispendo de “quase todo” o equipamento necessário: uniformes, botas, luvas, máscaras, etc.

Quanto aos uniformes para os varredores e recolhedores, a directora dos recursos humanos da CM de São Vicente afirma que essa autarquia está a envidar esforços para assegurar uniformes e acessórios a todos os funcionários, tendo já fornecido alguns equipamentos no ano passado.

A equipa camarária prevê uma formação em higiene e segurança no trabalho, para que os homens e mulheres do lixo ganhem consciência quanto à necessidade do uso desses acessórios e “capacitá-los para o melhor exercício de suas funções. Também está previsto um despiste sanitário, para ver a condição de saúde dos mesmos”. Para entulhar e arrumar o lixo há uma máquina que é colocada à sua disposição uma ou duas vezes por semana. Porém, por falta de melhores soluções, vão fazendo a queima do lixo com pneus, gasolina e gasóleo.

Além disso, na ilha do Monte Cara, os trabalhadores da lixeira têm à disposição um escritório com instalação sanitária e um reservatório de água, sendo os equipamentos “obsoletos” o problema maior. “O camião mais recente tem oito anos”, queixa-se Bettencourt, que avança entretanto que contactos vêm sendo efectuados no sentido de garantir novos equipamentos além de estar prevista a substituição da lixeira pelo sistema de aterro sanitário, com muito menos impacto ambiental: “Acho que é um ponto de honra, vamos fazer os possíveis para que tudo isso seja feito antes do fim do nosso mandato”.

No entanto, aquele responsável chama a atenção do governo e sociedade para a necessidade da partilha de responsabilidades na resolução desse problema “nacional” que é a questão do lixo.

Kaunda Simas

## PAICV procura secretário-geral

A um ano das legislativas, o PAICV está à procura de um secretário-geral a tempo inteiro. Mário Matos e Arnaldo Andrade, ambos deputados e sociólogos de profissão, são apontados, entre altos dirigentes e militantes, como as figuras preferidas para desempenhar tal cargo. Mas esse assunto deverá ser debatido na próxima reunião do Conselho Nacional dos tambarinas, prevista para 27 e 28 deste mês, na Praia.



MÁRIO MATOS

ARNALDO ANDRADE

# Mário Matos e Arnaldo Andrade preferidos

O PAICV está à procura de um secretário-geral a tempo inteiro, em substituição de Rui Semedo, que vem acumulando o referido cargo com o de líder da bancada parlamentar desde 2003. A questão do novo secretário-geral do partido tambarina deverá ser debatida, segundo as nossas fontes, na próxima reunião do CN, prevista para acontecer nos dias 27 e 28 deste mês, na Praia.

A **Semana** está em condições de avançar que Mário Matos e Arnaldo Andrade, ambos deputados e sociólogos de profissão, vêm sendo referidos, entre altos dirigentes e militantes de base do PAICV, como as figuras detentoras do perfil que se procura para o cargo. “Seria uma boa aposta se um de-

les aceitasse cargo de SG do partido. É que, se recorremos a um membro de governo para acumular tal função ficaríamos como estamos”, analisa uma fonte deste jornal.

Mário Matos, com quem fracassou a nossa tentativa de contacto, já tinha sido dado, desde há muito, como um dos candidáveis ao cargo de secretário-geral do PAICV. Mas consta que a cúpula tambarina ainda espera uma resposta dele, se aceita ou não tal desafio.

O nome de Arnaldo Andrade tem sido referenciado, nos últimos dias, por altos dirigentes, como uma outra possível alternativa à sucessão de Rui Semedo. Os nossos esforços para o ouvir resultaram em vão, porquanto, no momento do fecho desta peça, ele estava

por regressar de uma viagem a França. A nossa fonte acredita que Andrade tem uma projecção que daria uma maior visibilidade ao cargo de SG, pois que, além de ser deputado profissionalizado da Assembleia Nacional, já exerceu altas funções, como as de ministro da Presidência do Conselho de Ministros, Embaixador de Cabo Verde em França, e tem grande traquejo como activista social, por, durante mais de dez anos, ter tralhado no seio da emigração cabo-verdiana em Portugal.

Em conversa com este jornal, o secretário-geral cessante diz desconhecer as movimentações que referimos à volta de Arnaldo Andrade. “Eu estou a ouvir falar, pela primeira vez, do nome de Arnaldo Andrade para o cargo de SG,

através de si. Este assunto não tem sido tratado em nenhum órgão, não estou mandatado e nem em condições para falar sobre isso”, comenta de forma lacónica Rui Semedo, alegando que ainda se estava a inteirar das últimas da política nacional, porquanto acabava de regressar do Brasil, onde foi participar nos trabalhos do parlamento da CPLP.

De salientar que a Comissão Política do PAICV já tinha decidido, em finais do ano passado, dotar esse partido de um Secretário-geral a tempo inteiro. Além de ser uma reivindicação das bases, tal medida visa, conforme alguns dirigentes, reforçar a máquina tambarina, tendo em vista as eleições legislativas e presidenciais de 2006.

Alípio Dias de Pina

## ELEIÇÃO NO PAICV PORTO NOVO

# Disputa “renhida” à vista

A ex-candidata à Câmara do Porto Novo, Rosa Rocha, poderá encabeçar uma lista à liderança do PAICV naquele concelho para enfrentar o actual primeiro-secretário, Carlos Delgado. De resto, Delgado já anunciou a sua recandidatura ao cargo nas eleições marcadas para o próximo dia 12 de Março mas, ao contrário da expectativa inicial que apontava para uma lista consensual, ele terá pelo menos um adversário “de peso”.

Fontes próximas de Rosa Rocha reiteraram a **A Semana**, na passada segunda-feira, a intenção da engenheira florestal disputar a liderança do PAICV - Porto Novo nas eleições de 12 de Março. Aliás, ao que se sabe, ela não poupa críticas à gestão de Carlos Delgado, a quem atribui culpas pela derrota nas eleições autárquicas do ano transacto, quando os tambarinas estiveram a cerca de 120 votos de “derrubar” a lista do MpD, liderada por Amadeu Cruz.

Contactada por este jornal, Rosa Rocha não descarta a possibilidade de se candidatar à direcção do PAICV no Porto Novo, realçando desde logo que, caso não avance, vai apoiar uma pessoa “capaz de redinamizar e reestruturar o partido naquele concelho”. Sendo “óbvio que essa pessoa não será o actual primeiro-secretário, Carlos Delgado, nem sequer qualquer membro do secretariado em actividade”, como reiterou aquela vereadora sem pasta da Câmara do Porto Novo, eleita na lista tambarina.

Desse modo, Rocha deixa bem claro que não haverá uma lista única na próxima corrida à liderança do PAICV no maior concelho de Santo Antão. Até porque, segundo ela, “o PAICV no Porto Novo precisa de uma pessoa bem organizada, prudente, respeitada no Concelho, com capacidade de traçar boas estratégias para combater o MpD neste ano pré-eleitoral e na campanha para as legislativas”.

Por esse motivo, se não protagonizar uma candidatura, Rosa Rocha apostará em pessoas “que estiveram na lista do PAICV concorrente à Câmara do Porto Novo no ano passado”. E daquele elenco, destacam-se os nomes dos vereadores Vicente Reis ou Emitério Ramos para liderar a lista opositora à gestão de Carlos Delgado.

Ademais, não é de hoje que esse grupo de pessoas próximas àquela engenheira - candidata que fez “balançar” a hegemonia do MpD no Porto Novo nas últimas autárquicas - crítica a “imprudência” de Delgado em certos embates políticos. No entender desse grupo, apesar do actual líder do PAICV-Porto Novo ser uma pessoa combativa, “às vezes reage com cabeça quente às provocações, expõem-se em demasiado na comunicação social, além de entregar alguns trunfos, de mão beijada, aos adversários”. Críticas que aquele responsável, visto como próximo ao presidente do PAICV, José Maria Neves, por certo não aceitará de ânimo leve, mesmo porque é tido como quem nunca deixa de com-

bater os adversários políticos, quer dentro quer fora do seu partido.

Seja como for, seria um erro pensar que a recandidatura de Carlos Delgado esteja, *a priori*, condenada ao fracasso. Antes pelo contrário. A mesma é apoiada por um grupo de militantes com uma certa influência no Porto Novo, os mesmos que, na semana passada, escreveram uma carta àquele dirigente convidando-o a aceitar, de novo, o desafio de disputar a liderança do PAICV - Porto Novo.

Nessa carta, além de reconhecerem o trabalho feito durante o último mandato, os 30 signatários tentam demonstrar que Delgado é a pessoa indicada para conduzir o partido a uma vitória nas próximas legislativas, no Porto Novo. Uma percepção que se estriba no facto de ele ser uma pessoa “combativa, dedicada e que, embora resida em São Vicente, está sempre presente no Concelho, trabalhando para o partido”.

Carlos Delgado aceitou o convite e, tido como homem que não dá costas à luta, espera-se que venha a agitar os bastidores do partido, para que no próximo dia 12 de Março vença o escrutínio no Porto Novo.

Aguarda-se, por esse motivo, uma disputa “bem renhida” entre o grupo de Rocha e o de Delgado. Um “embate” cujo desfecho se mostra pouco previsível, quando falta apenas um mês para a referida eleição.

João Almeida Medina

A bipolarização política e suas consequências para a democracia é o tema de uma conferência a ser promovida, no próximo dia 17, na Praia, pelo PCD. O líder interno desse partido, João de Deus Carvalho Silva, avança que tal iniciativa visa pôr em evidência a necessidade urgente do surgimento de uma terceira força política, que seja capaz de acabar com o clima da crispação política existente no país, protagonizado pelos dois partidos da área do poder - PAICV e MpD.



JOÃO DE DEUS CARVALHO SILVA

## PCD promove conferência sobre bipolarização

A conferência sobre a bipolarização decorrerá no palácio da Assembleia Nacional, na Praia. Além de dirigentes e quadros do PCD, o mesmo contará com a participação de representantes dos demais partidos políticos nacionais.

O líder interino da formação laranja destaca que o encontro do dia 17 terá por objectivo principal debater a bipolarização política existente no país, as suas consequências nefastas para a democracia cabo-verdiana. A necessidade da fazer emergir de uma força política charneira, que seja factor para consenso e

aproximação entre os dois partidos da área do poder - PAICV e MpD é outro ponto forte desta iniciativa laranja. *“Achamos que precisamos de um bloco político ao centro, que chame sempre à razão o PAICV e o MpD para que cheguem a consensos em torno de questões importantes da vida política nacional. É que reina um clima da crispação política grande entre esses dois partidos, o que transmite uma má imagem dos políticos e dos partidos”.*

João de Deus Carvalho Silva adverte ser fundamental que se centre, neste momento, o debate político em Cabo Ver-

de, à volta dos princípios, valores, programas e projectos que cada força política preconiza para estas ilhas. *“Achamos que é fundamental que façamos uma educação para a cidadania, por forma a que cada cabo-verdiano saiba pensar e votar em consciência nas políticas ou no programa político que escolheu”.*

O líder interino do PCD fez questão de realçar que o encontro de 17 deste mês constitui apenas o início de uma série de conferências sobre temas importantes da vida política nacional que o seu partido pretende realizar, com regularidade, nos próximos tempos.

Alírio Dias de Pina

PTS prepara-se para o congresso e legislativas

## Vaga de fundo a favor de Albertino Graça

Albertino Graça é apontado, entre alguns dirigentes, como uma das figuras com o perfil desejado para disputar a liderança do PTS em substituição do presidente cessante, Isafas Rodrigues. Mas Graça avança que ninguém o abordou sobre tal possibilidade e que só depois de receber um convite formal do partido poderá pensar e falar sobre esse assunto.

A um ano das legislativas, o PTS fundado por Onésimo Silveira prevê reunir-se, entre Junho e Julho, em congresso ordinário. A marcação da magna assembleia será feita na próxima sessão do Conselho Nacional, prevista para finais deste mês, ou Março próximo.

Conforme Arlindo Porfírio Fonseca, membro da Comissão Política, a plenária do CN deverá debruçar-se essencialmente sobre a nova liderança do partido. *“Vamos reflectir sobre a nova liderança do partido e preparar o PTS para os próximos embates eleitorais que se avizinham. Estamos a trabalhar junto das bases e dos militantes no sentido de reforçarmos, nas próximas legislativas, a representação do partido no parlamento, que se limita actualmente a um único deputado”.*

A **Semana** apurou que Albertino Graça é apontado, entre alguns dirigentes do PTS, como o homem que deve liderar a organização, substituindo assim o actual líder, Isafas Rodrigues. É que, segundo fontes dessa força política, Rodrigues, na sequência dos fracos resultados que o partido obteve nas autárquicas de 2004 no Mindelo, já pôs o cargo à disposição junto da Comissão Política. Interrogado sobre este particular, Fonseca diz que prefere não falar sobre o assunto e remeteu o repórter para o presidente cessante. No entanto, e porque foi este que, por indisponibilidade, indigitou Arlindo Porfírio para conversar com **A Semana**, foi-nos impossível

chegar à fala com Isafas Rodrigues, que alegou estar a preparar-se para sair em viagem.

Embora haja indícios de que Albertino Graça é o preferido, não há quaisquer indicações de que ele vá - ou não - aceitar o convite para disputar a liderança do PTS. Em conversa com este jornal, Graça, por um lado, fez questão de realçar que nem sequer é membro do PTS e que ninguém o convidou para concorrer à liderança desse partido, mas por outro lado deixou claro que todos os cenários são possíveis. *“Eu não posso pronunciar-me sobre hipóteses. Se o PTS me vier abordar nesse sentido, vou pensar e responder se aceito ou não tal convite”*, limitou-se a dizer.

Albertino é um dos sócios-fundadores do Espaço Democrático, que esteve na génese do PTS, juntamente com o Movimento para o Renascimento de São Vicente, de Onésimo Silveira, incompatibilizando-se com este quando Graça admitiu disputar contra Silveira a liderança do ED. Graça encabeçou, durante as últimas autárquicas, o Movimento Modernizar São Vicente, que elegeu um deputado na Assembleia Municipal. Actualmente preside o CA do Instituto de Estudos Superiores Isidoro da Graça (IESIG), que ministra cursos superiores em várias áreas.

A próxima reunião do CN do PTS deverá ainda analisar a situação política nacional e marcar o congresso ordinário desse partido, no qual serão aprovados o programa de actividades para 2005 e a estratégia da organização para as legislativas de 2006.

Segundo Arlindo Fonseca o PTS continua a ver a regionalização de Cabo Verde como uma das vias importantes para se dinamizar o desenvolvimento económico das ilhas e resolver os inúmeros problemas existentes nos 17 concelhos do país.

ADP

Polémica na UCID

## Mesa do CN dissipa as dúvidas

Estão dissipadas as dúvidas sobre a alegada falta de quórum na última reunião do Conselho Nacional da UCID, que destituiu a Comissão Política e criou, em seu lugar, a Comissão de Gestão Política. Foi o que **A Semana** confirmou no terreno, na sequência da recente reacção do grupo da Praia, nomeadamente através de Osvaldino Andrade, à peça sobre *“CN da UCID a definir estratégia para legislativas”*, publicada na edição n.º 697, de 21 de Janeiro (pág. 13), deste jornal. Osvaldino voltou a questionar a legalidade da criação da CGP e perguntou quem deve convocar a próxima reunião do CN, prevista para os dias 26 e 27 deste mês.

Este jornal foi investigar e ouviu, desta vez, a Mesa do CN, o órgão que se posiciona de forma mais imparcial relativamente às partes em conflito. Na ausência do presidente Antero Barros, que se encontra doente, o vice-presidente da Mesa, Lucas Evangelista, confirma que houve, sim, quórum na última reunião do CN, realizada nos dias 23 e 24 de Outubro de 2004, no Mindelo.

É que, segundo os dados reconfirmados por aquele dirigente, dos 15 membros efectivos do CN eleitos no XI congresso do partido, eram oito os que se encontravam presentes na dita sessão de Outubro: António Monteiro, Lídio Silva, Isidora Santos, Daniel Lopes, Manuel Evaristo, José António da Cruz, Serafim Romualdo e Daniel Graça. Isto sem contar com as presenças do nosso entrevistado e do coordenador da UCID no Mindelo, que são também membros do CN, por inerência de responsabilidades. *“Estando mais de metade dos membros do CN presente, confirma-se, portanto, que houve quórum na última reunião desse órgão, realizado no Mindelo”.*

Lucas acrescenta que a criação da CGP é também legal, conforme o nº2 da b) do artigo 17º dos estatutos do partido em vigor, que preconiza, de entre outras competências do CN, *“apreciar a actuação dos demais órgãos da UCID, podendo revogar o mandato dos respectivos titulares, se assim o entender absolutamente necessário para a realização dos superiores interesses do partido”.*

O vice-presidente da Mesa do Conselho Nacional esclarece, por outro lado, ser normal a convocação da reunião deste órgão pelo seu presidente, António Monteiro, ou por titulares de outros órgãos da UCID, conforme está estipulado no artigo 19º dos estatutos. *“O CN reúne-se ordinariamente, de 3 em 3 meses, e extraordinariamente por iniciativa do respectivo presidente, a requerimento do presidente do partido, da Comissão Política nacional ou da direcção do Grupo parlamentar”.*

Esclarecidas que estão as dúvidas, Lucas Evangelista diz concluir que a iniciativa de São Vicente, que levou à destituição da CP nacional, é positiva, porquanto os resultados obtidos nas últimas eleições autárquicas evidenciam a diferença existente entre o trabalho partidário realizado na Praia e o feito no Mindelo. *“E para sair da modorra em que a UCID se encontra, a posição de São Vicente é defensável”.*

É por isso que o vice-presidente da Mesa do CN pede às partes em conflito que terminem com essa polémica que, conforme ele, em nada beneficia a União Cabo-verdiana Independente e Democrata.

ADP

## JOSEPH BYLL-CATARIA na 'hora di bai'

**Depois de quase quatro anos à frente do PNUD em Cabo Verde, o togolês Joseph Byll-Cataria está de malas feitas para uma nova missão dessa agência para o desenvolvimento das Nações Unidas. O seu novo destino é o Mali, país desta sub-região africana, onde vai exercer as mesmas funções. Na 'hora di bai', aquele diplomata diz-se optimista com o futuro de Cabo Verde. Afinal, segundo ele, "os cabo-verdianos sabem o que querem para o seu país" e, quando isso acontece, parceiros como o PNUD apenas ajudam os países a materializarem as suas ideias.**



## “Os cabo-verdianos sabem o que querem para o seu país”

“Eu já conhecia Cabo Verde de ouvir falar, tinha lido algumas coisas sobre o país e dessas leituras fiquei com uma ideia do aspecto físico das ilhas, ainda assim a minha estada foi uma descoberta. Fiquei agradavelmente surpresa”, diz Joseph Byll-Cataria da sua experiência de quase quatro anos neste arquipélago. “A nível do trabalho, criei boas relações com as autoridades nacionais, o que facilitou a minha tarefa. Consta, inclusive, que é grande o prestígio do PNUD em Cabo Verde”.

Segundo Byll-Cataria, durante o período em que esteve à frente do PNUD na Praia, essa agência e as autoridades da Cidade da Praia lançaram mãos a um conjunto vasto de projectos, alguns dos quais são actualmente considerados fundamentais para os novos tempos que Cabo Verde parece estar a viver. O entrevistado de **A Semana** aponta a luta contra a pobreza e a governação como as duas grandes áreas em que essa acção se desenvolveu.

“Ajudámos o governo na reflexão sobre a transformação do país. Este é, para mim, um ponto importante. E isso aconteceu por-

ção do género, etc. A nível da governação, o PNUD está a apoiar Cabo Verde a montar o seu sistema de governação electrónica, bem como o parlamento a tirar os melhores benefícios das novas tecnologias. Aliás, o último relatório do Desenvolvimento Humano de Cabo Verde (2004), tem precisamente as novas tecnologias como seu ponto de partida. O documento serviu, igualmente, de base ao fórum realizado há um ano pelo NOSI, onde pela primeira vez se ficou a saber como estas ilhas pretendem circular nesse maravilhoso mundo novo.

Byll-Cataria aponta, igualmente, o Programa de Apoio à Biodiversidade, uma componente importante do Plano Nacional do Ambiente (PANA II), que visa preservar zonas ecológicas protegidas; a cartografia nacional, além do debate com vista a adopção de medidas a nível da descentralização financeira municipal, algo que está a ser discutido com a ANMCV — “e esperamos que venha a dar resultados”...

Enfim, de acordo com o entrevistado de **A Semana**, a presença do PNUD em Cabo Verde é hoje vasta e complexa. E ela deve continuar a ser assim nos próximos tempos, embora noutros moldes, com a graduação de Cabo Verde ao grupo dos Países de Desenvolvimento Médio. Por enquanto, essa presença contempla também o Plano Nacional do Turismo, o microcrédito, a promo-

ção do género, etc.

A pensar ainda no desenvolvimento humano destas ilhas, o PNUD está também a apoiar o Plano Nacional dos Direitos Humanos — e uma iniciativa actualmente em curso é o apoio de acções sobre essa problemática nas escolas.

Agora que este arquipélago caminha em direcção aos PDM, Joseph Byll-Cataria encara esse facto com optimismo. Cabo Verde, a seu ver, é um país onde, comparativamente com outros estados africanos, “as coisas marcham bem”, contribuindo para

isso a sua estabilidade social e política, bem como o facto de os cabo-verdianos sabermos o que queremos para o seu país. “Quando isso acontece, o papel da ONU é ajudar, com recursos e cooperação técnica, a materializar as ideias existentes”, afirma.

Ainda em relação à graduação de Cabo Verde a PDM Byll-Cataria anuncia que a ONU, através do PNUD, vai acompanhar o período de transição que antecede essa promoção. “Vai começar um estudo sobre os mecanismos de transição. Esse estudo vai identificar as dificuldades e as alternativas possíveis para Cabo Verde dar o salto em 2007 ou 2008”.

Independentemente dos riscos que a graduação possa significar, Byll-Cataria acredita que o processo vai ser bem sucedido. “A graduação de Cabo Verde é uma boa notícia para o país. O único senão é a vossa vulnerabilidade, mas acredito que serão encontradas soluções para vos ajudar a superar essa vulnerabilidade que chega a ser crónica. Mesmo assim, é preciso transformar esse risco numa oportunidade. E isso é algo que está ao alcance dos cabo-verdianos”. JVL

## Eleições na Câmara do Comércio de Sotavento

Alfredo Carvalho, director-geral da Tecnil, vai disputar a presidência da Câmara do Comércio e Indústria de Sotavento com Orlando Mascarenhas, actual líder da CCISS. O escrutínio deve acontecer no próximo mês, mas começa desde já a aquecer o sector empresarial no sul do país.

A Câmara do Comércio, Indústria e Serviços de Sotavento vai a votos. A data para a eleição dos novos órgãos gerentes da CCISS ainda não está agendada, mas tudo aponta que deverá acontecer logo depois de a direcção cessante apresentar o Relatório e Contas do ano passado. E antes de 31 de Março, prazo limite para essas contas estarem aprovadas.

Até este momento duas candidaturas já se perfilaram na corrida para o Conselho Directivo da CCISS: uma encabeçada, novamente, pela OM Trading, de Orlando Mascarenhas, e outra liderada por Alfredo Carvalho, da Tecnil. Esta segunda lista vai apresentar ainda a firma Meno Soares para a presidência da Assembleia-Geral, e a Confer para o Conselho Fiscal.

“Trata-se de uma candidatura apoiada por um grupo relativamente grande de empresas que quer dar um rumo diferente à CCISS, sobretudo agora que o país está perante novos cenários, como a sua passagem para País de Desenvolvimento Médio e para o qual conta com forte aposta do sector privado”, avançou a **A Semana** Jorge Benchimol Duarte, da Tecnil.

Duarte reconhece o trabalho feito até aqui pela actual di-



Alfredo Carvalho contra Orlando Mascarenhas

recção da CCISS — “um conjunto de ganhos que é preciso preservar” —, mas, salienta, “a Câmara de Sotavento necessita também de renovação. Este é o aspecto chave neste momento, porque a CCISS precisa de novas ideias e nova estratégia, numa altura em que Cabo Verde prepara a sua adesão à Organização Mundial do Comércio. E a nossa lista propõe exactamente isso: renovação. Uma das nossas ideias é descentralizar a Câmara criando núcleos noutras ilhas, ao mesmo tempo que alargamos o número de associados na instituição”.

Como trunfo desta candidatura encabeçada pela Tecnil,

Benchimol Duarte aponta o facto de conseguirem juntar o factor estratégia com o factor equipa. “É a partir da junção destas duas condições que a Câmara do Comércio conhecerá novos e grandes ganhos”, perspectiva aquele responsável, antes de sublinhar que esta disputa para a presidência da CCISS “é uma luta de associados, não de pessoas”.

Oficialmente, a lista que apresenta Alfredo Carvalho ainda não foi anunciada, mas já é do conhecimento de boa parte das empresas da capital e inclusive da actual direcção da CCISS.

Esta, liderada por Orlando Mascarenhas, quer renovar o seu mandato, apostando, desta feita, numa lista bastante mais renovada. Em conversa com este jornal, o ainda presidente da CCISS revelou “renovações profundas na sua lista, com muitos empresários novos”, sem, contudo, indicar os seus integrantes. “Ainda estamos a preparar a nossa estratégia e o que tenho a adiantar é que as propostas desta nova lista são inovadoras, feitas por pessoas jovens e com nova dinâmica”, acrescenta Orlando Mascarenhas que pretende investir com mais afinco nas micro, pequenas e médias empresas.

Na verdade, o líder cessante da CCISS quer introduzir novas ideias, mas mantendo a estratégia e estrutura actual. “Vamos inovar, sim, mas apostando na continuidade. Porque não queremos perder o que de bom foi feito até agora”, advoga.

Herminio Silves

## EMPOSSADA COMISSÃO CONSULTIVA DE SANTA LUZIA

*Um barco de recreio aporta à ilha de Santa Luzia quase no mesmo instante em que o rebocador Monte Cara recolhe a âncora e inicia a viagem de regresso à civilização, rumo à ilha de S. Vicente, no dia 5 de Fevereiro. Todos os olhos da comitiva que acompanha a ministra do Ambiente e das Pescas percorrem a extensão da ilha deserta e concentram-se depois no casco branco do navio estrangeiro.*



## Primeiro acto administrativo no TERRITÓRIO

As palavras do pescador Alcindo Matias parecem ecoar no ar: “É preciso mais vigilância em Santa Luzia, porque somos constantemente ameaçados por marinheiros estrangeiros que chegam cá e nada podemos fazer. A única arma de que dispomos são os paus para matar moreias”.

Eleita à categoria de reserva natural, Santa Luzia é uma relíquia no Atlântico, mas também um ponto de transbordo para os traficantes de droga. Pescadores da região de Salamansa chegaram a encontrar um carregamento de haxixe e alguns relatam situações que indiciam o provável uso sistemático dessa ilha deserta pelas quadrilhas internacionais. Mas esta sorte poderá mudar a partir deste primeiro trimestre, quando essa extensão do território passar a estar sob fiscalização da polícia Marítima e dotada de meios de comunicação.

A iniciativa do governo em conceder a Santa Luzia o seu espaço no contexto nacional começa a tomar corpo. Num acto “simbólico mas transcendente”, a ministra Madalena Neves deu posse aos nove membros que compõem a Comissão Consultiva de Santa Luzia, no passado dia 5

de Fevereiro. Uma data que, nas palavras da governante, entra na história dessa paragem inabitada como “o dia em que se deu o primeiro passo para a integração da ilha no processo de desenvolvimento de todo o arquipélago”.

Na realidade, a cerimónia realizada na extensa praia de Palmo-a-Tostão simboliza o primeiro acto administrativo corporizado em Santa Luzia, na sua história recente. “Com este acto”, especificou a ministra do Ambiente, Agricultura e Pesca “quisemos simbolizar o interesse que o governo atribui à valorização de todo o território nacional, aos recursos e à promoção de um desenvolvimento integrado para Cabo Verde”.

Uma placa metálica, pintada a azul e colocada nas proximidades da capela de Santa Luzia, testemunha o empossamento da Comissão Consultiva dessa ilha. Trata-se de uma equipa cuja missão será assessorar e aconselhar a Comissão Administrativa, no tocante à preservação dos recursos marinhos e terrestres dessa reserva natural. “Estamos aqui, para comemorar a terceira semana das pescas porque é uma

ilha rica em recursos marinhos, espécies raras que nos poderão ajudar a desenvolver o ecoturismo”, realçou Ivone Lopes, na qualidade de presidente da equipa consultiva, que integra responsáveis ligados à Capitania dos Portos de Barlavento, INDP, INIDA, INGRH...

Aos poucos, Santa Luzia começa a escrever uma nova página da sua história. Nuvens de mudança pairam em cima das rochas escarpadas de uma das ilhas mais procuradas pelos pescadores de São Vicente, Santo Antão e de São Nicolau. “As perspectivas são boas para o futuro da ilha, por aquilo que sabemos. Agora o futuro dirá se os pescadores sairão realmente a ganhar. Uma coisa é certa, precisamos de um abrigo e de meios de comunicação nesta ilha. Somos muitas vezes ameaçados por marinheiros estrangeiros e nada podemos fazer”, diz Alcindo Matias, representante dos pescadores da Salamansa.

Toda a atenção dispensada pelo governo à ilha de Santa Luzia começa a despertar determinadas curiosidades, como, por exemplo, saber que tipo de projectos

serão aconselháveis para uma paragem destinada ao ecoturismo e a viagens de investigação científica. Designada como Reserva Natural Integral em 2003, Santa Luzia deverá ser alvo de um tratamento especial. A ideia base passa pela conservação da sua biodiversidade numa realidade e num país em que, segundo a bióloga Sónia Marinho, pretende-se que essa biodiversidade venha a servir como fonte alternativa de rendimento para as populações locais, impedindo a destruição do ambiente. Desta forma ficarão protegidas espécies como as tartarugas marinhas, os tubarões-baleias, os golfinhos e as baleias, “muito abundantes nessa região”.

“É prioritário iniciarmos a elaboração de diagnósticos que identifiquem as características ecológicas e de importância sócio-económica dos recursos da zona proposta como Área Marítima Protegida. Isto proporcionará informações para a identificação das actividades apropriadas a serem desenvolvidas”, diz a bióloga do INDP que integra também a comissão consultiva.

Kim-Zé Brito





## PROJECTO DE REINERÇÃO SOCIAL DE REPATRIADOS

## Novos caminhos p

*Ninguém sabe ao certo quantos são, mas estão a agitar a sociedade. São jovens cabo-verdianos envolvidos em violência doméstica, furto, tráfico e consumo de drogas, ou pura e simplesmente porque...*

*Reinserção Social, do Instituto Cabo-Verdiano de Solidariedade (ICS), uma...*

— Por: PEDRO

Luís Paulino Évora emigrou para os Estados Unidos em 1989, já adulto. Depois de ter passado por Portugal e de ter constituído família em Cabo Verde, chegou à zona de Boston, área de maior concentração da comunidade cabo-verdiana nos EUA. Algum tempo depois, a sua companheira e os quatro filhos juntaram-se-lhe, vindos de Cabo Verde.

A lei americana dita que ao fim de três anos de casamento com um nacional, um imigrante pode iniciar o processo para adquirir a nacionalidade norte-americana, possibilidade que levou Luís Évora a optar por um casamento de conveniência, quatro anos depois da sua chegada. Segundo o ex-emigrante, a partir desta altura “começou a confusão”. A mulher com quem se casou sempre soube “a razão desse casamento, que era para obter o cartão verde de residência; no entanto, a uma dada altura ela não aceitou que eu continuasse a dedicar-me à minha família”, afirma. Uma série de situações ao longo do tempo levou o emigrante em Boston a agredir e a maltratar a esposa americana, o que lhe valeu uma ordem de prisão, sob a acusação de maus-tratos e violência doméstica.

Depois de cinco anos de detenção e de avanços e recuos no processo de repatriamento, Luís Évora foi deportado para Cabo Verde, onde chegou em Outubro de 2001. Ao contrário do que ocorre com a maioria dos repatriados que chegam ao país, este ex-emigrante foi bem recebido pela família, o que lhe proporcionou estabilidade na readaptação e inserção em Cabo Verde. O repatriado acusa o sistema judicial norte-americano de ser “injusto, porque castiga duas vezes: primeiro com a prisão, depois com a deportação”.

Luís Évora é um dos monitores que fará parte do projecto do Instituto Cabo-Verdiano de Solidariedade, na área da reinserção social dos repatriados originários dos Estados Unidos.

## PROJECTO DE REINERÇÃO SOCIAL DOS REPATRIADOS

Este plano, elaborado pelo ICS, visa, segundo a presidente da instituição, Nilda Fernandes, acabar com “a marginalização e com os problemas ligados à exclusão social que afectam os jovens repatriados”.

O Projecto de Reinserção Social dos Repatriados assenta na criação de uma colónia de férias em S. Jorginho, por onde passarão, durante um ano, quatro grupos de 30 repatriados. Sob a supervisão de monitores do ICS, de várias organizações não-governamentais e de

elementos da Polícia de Ordem Pública (POP), os jovens vão ter a oportunidade de frequentar acções de formação e sensibilização sobre temas como cidadania, combate ao HIV/SIDA, tráfico e consumo de estupefacientes ou direitos humanos. Durante as quatro semanas de permanência de cada grupo na colónia, será também dada uma atenção especial a acções de formação profissional, de acordo com “as competências de cada um dos jovens”, afirma a presidente do ICS.

Os trabalhos deverão passar também pelo contacto dos repatriados com alguns sectores da sociedade. De acordo com o projecto, os jovens visitarão hospitais e escolas, onde exercerão funções em regime de voluntariado. Em colaboração com as autarquias de S. Domingos e Santa Catarina, os grupos de repatriados vão também desenvolver acções “porta-a-porta” com vista a sensibilizar as populações para a prevenção da SIDA. Com isso, o ICS pretende, também, de acordo com Nilda Fernandes, “sensibilizar a população, para que estes jovens deixem de ser tão estigmatizados socialmente”.

O primeiro grupo de repatriados a serem integrados no projecto vai ser constituído por 30 jovens provenientes de Santiago, Fogo e Brava. Durante esta semana, a coordenadora do projecto, Mizé Badia, vai deslocar-se a estas duas últimas ilhas para, através dos gabinetes de apoio aos repatriados do Instituto das Comunidades que lá funcionam, fazer as fichas de inscrição dos jovens que queiram participar na primeira fase do Projecto de Apoio à Reinserção dos Repatriados. De acordo com a presidente do ICS, “as condições exigidas na selecção deste primeiro grupo são uma mínima vontade dos repatriados em participar e uma homogeneidade a nível de capacidades e interesses profissionais, de forma a facilitar a formação que lhes vai ser facultada”.

Esta primeira fase do projecto, que decorre até Janeiro de 2006, dirige-se especialmente aos repatriados provenientes dos Estados Unidos, “porque são os que apresentam mais problemas de adaptação e inserção”, segundo Nilda Fernandes.

O projecto, orçado em cerca de dez mil contos, apoiar-se-á na parceria com associações, ONG’s, organismos públicos e privados e tem o Gabinete do Primeiro-Ministro como alto patrocinador.

De acordo com José Maria Neves, aquando da assinatura dos protocolos



entre o ICS e as restantes instituições envolvidas no projecto, ocorrida no passado dia 2, a problemática dos repatriados “é uma questão de direitos humanos”. Segundo o primeiro-minis-

tro, “a sociedade tem que compreender que Cabo Verde é um país de diáspora, devendo, por isso, assumir responsabilmente todas as complexidades inerentes a esta especificidade”.

## QUANT

O valor mais conclusivo a que se chegou sobre a questão da reinserção dos repatriados foi adiantado na tese de bacharelato em Geografia de Manuel Cabral, membro da equipa do projecto do ICS sobre esse dossier. Com o título “A (Re)inserção dos jovens emigrantes retornados - o caso da Brava” e datado de Julho de 2000, este estudo concluiu que entre 1987 e 1999 tinham chegado a Cabo Verde cerca de mil repatriados, oriundos sobretudo de Portugal e Estados Unidos.

A actualização dos números, feita a partir de documentação existente na Polícia de Ordem Pública, no Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, nos relatórios anuais do Instituto das Comunidades e na emba-

xada de Cabo Verde nos Estados Unidos, permitem Manuel Cabral afirmar que anualmente, “nos últimos 18 anos têm entrado, em média, 72 repatriados no país”. “Na maior parte, os repatriados são remetidos inicialmente à ilha de Santiago, seguindo-se a Brava e o Fogo”, acrescenta Cabral.

De acordo com esta actualização, os períodos entre 1992 e 1995 e entre 2000 e 2004 são os mais expressivos a nível de chegada de deportados ao país. Manuel Cabral afirma que “o primeiro período corresponde à adopção em Portugal da expulsão com pena acessória, enquanto o segundo é marcado pela crise económica naquele país europeu e a consequente falta de recursos, que pode-

# Para os Deportados

verdianos que foram expulsos dos países onde estavam imigrados, por crimes ligados à estadia ilegal. É um grupo marginalizado socialmente, que encontra no novo Projecto de Integração uma nova oportunidade de integração no país para onde foram obrigados a vir.

— CARDOSO —



## APOIO CONTINUADO

O programa pretende apoiar continuamente os jovens no período após o internamento nas colónias de férias. Segundo

do Nilda Fernandes, “o ICS, através dos seus parceiros, vai tentar dar oportunidade aos repatriados para aprofundarem a formação profissional iniciada no campo, de serem integrados em empresas, ou

até de acederem a micro-créditos”.

O aproveitamento das mais-valias deste grupo de jovens, como a fluência em inglês, poderá também ser aproveitada, de acordo com Nilda Fernandes, “no sector hoteleiro, onde poderão ser empregados como tradutores ou guias turísticos”. Com vista a alcançar este objectivo, o ICS tentou garantir a parceria da Associação de Agências Turísticas, mas sem sucesso.

O instituto compromete-se ainda a orientar aqueles que “queiram e possam” regressar aos EUA. Segundo a coordenadora do projecto, Mizé Badia, um advogado cabo-verdiano residente em Boston, Manuel Rodrigues Pires, “vai analisar as fichas de inscrição dos deportados e tentar agilizar os processos dos que tenham hipóteses de regressar ao país, de acordo com a legislação existente. Com esta triagem, muitos jovens vão aperceber-se, pela primeira vez, que afinal de contas não vão poder voltar, o que os obrigará a abandonar a postura de que não vale a pena adaptarem-se a Cabo Verde, porque estão cá de passagem”, acrescenta a coordenadora.

O apoio do ICS estende-se também ao estabelecimento de contactos entre os repatriados e as famílias, através da criação de uma linha verde, em colaboração com a CV Telecom. Desta forma “os

familiares que vivam no estrangeiro e que não saibam como estão os seus jovens que foram deportados vão poder finalmente ter notícias suas”, afirma Mizé Badia. A CV Telecom disponibilizou para esta linha um montante de 50 e 10 contos por mês, em chamadas e em internet, respectivamente.

Está também a ser criada uma página da internet onde será disponibilizada toda a informação sobre a evolução do programa.

## GABINETES DO INSTITUTO DAS COMUNIDADES

O Instituto das Comunidades, presta já ajuda aos repatriados. Actualmente existem dois gabinetes de atendimento aos repatriados em funcionamento nas ilhas do Fogo e Brava e um de acolhimento no aeroporto internacional do Sal. Este último providencia alojamento, alimentação e cuidados de saúde aos repatriados que não tenham local onde se instalar. Esses gabinetes funcionam em colaboração com entidades locais, sobretudo as Câmaras Municipais, onde estão integrados. O IC facultava ainda aos repatriados que não têm possibilidades financeiras passagens aéreas até ao destino final.

Está também prevista a abertura de um gabinete de atendimento a repatriados na Praia. Entretanto, enquanto não é instalado, o IC vai prestando esclarecimentos aos repatriados que recorrem à instituição em procura de auxílio.

# OS SÃO?

rá estar na origem de acções criminosas”.

Por seu lado, a POP não adianta números sobre a totalidade de repatriados no país. No entanto, os dados relativos ao ano passado permitem fazer uma ideia do fluxo e do perfil dos deportados.

De acordo com os números da Direcção de Estrangeiros e Fronteiras, entraram no ano passado 84 deportados, provenientes sobretudo de Portugal, EUA e França. Os motivos do repatriamento relacionam-se sobretudo com o tráfico de droga e a permanência ilegal no país de acolhimento. Crimes sexuais e furtos encontram-se também na lista, embora com menor expressão.

O perfil do repatriado traça-

do pela Direcção de Operações da POP, responsável pelo tratamento dos dados, caracteriza-o como sendo maioritariamente do sexo masculino e pertencente à faixa etária entre os 18 e os 30 anos. Os dados revelam, ainda que após a chegada a Cabo Verde cerca de 70% dos repatriados fixam-se na ilha de Santiago, sobretudo na Praia.

O Comandante Natalino Correia, porta-voz da POP, afirma que “esta deslocação dos repatriados é normal, uma vez que na capital as possibilidades de sobrevivência são maiores que no resto do país”.

O Comandante recusa-se a estabelecer uma relação entre o aumento dos crimes violentos no país e o aumento do flu-

xo dos repatriados, adiantando que “essa é uma associação injusta e resulta apenas da estigmatização dos repatriados pela sociedade”. Correia realça que “devido à informação disponibilizada na televisão ou na internet, actualmente já não é preciso sair do país para aprender como se cometem crimes violentos ou sofisticados”, pelo que “um cabo-verdiano que tenha sempre vivido cá é tão capaz de cometer uma acção desse calibre como uma outra pessoa qualquer”.

O Instituto das Comunidades, outra fonte de informação estatística sobre os deportados, não disponibilizou a A Semana os dados sobre esta matéria, por estarem neste momento em actualização.



## Casal de idosos assassinado

Um casal de idosos, de pouco mais de 60 anos, foi assassinado em sua própria casa em Jalalo Ramos, concelho de Santa Cruz. O caso, ocorrido no passado dia 31 de Janeiro, está sob a investigação da Polícia Judiciária que acredita tratar-se de um assalto.

Este duplo assassinato terá sido perpetrado na noite de domingo, mas só foi descoberto no dia seguinte por um neto do casal, que dorme nos fundos da casa. Chamada de imediato, a Polícia de Ordem Pública de Santa Catarina fez as primeiras constatações do local do crime e entregou o processo à Polícia Judiciária, que já ouviu várias pessoas.

A PJ já terá, inclusive, identificado alguns suspeitos (cujo nomes não foram revelados), com base nos depoimentos recolhidos. E, a acreditar nas fontes de **A Semana**, os suspeitos serão alguns jovens da localidade que decidiram assaltar os dois idosos no domingo, depois de o casal ter feito a recolha das quotas da associação funerária local, de que são responsáveis. Este é, aliás, o principal indício de que este crime terá sido provocado por pessoas da localidade, pois, justifica a nossa fonte, "só quem mora em Jalalo Ramos, uma localidade situada nas entranhas da ilha, sabe que os dois velhos recebiam aos domingos o dinheiro da associação funerária".

## Empresário é queimado e morto

O empresário Mário Semedo, dono da Loja dos 300 no coração do Plateau, que era dado como desaparecido desde há quatro dias, foi encontrado na segunda-feira, perto de Caniço (Cidade Velha), morto, com o corpo totalmente queimado e em estado de decomposição.

Ao que tudo leva a crer, Mário Semedo, de cerca de 50 anos, terá sido assassinado pelos mesmos indivíduos que, supostamente, o teriam raptado desde o último fim-de-semana. "Pelo estado de degradação do corpo, acredita-se que o empresário tenha sido queimado e morto há dias", revela uma fonte deste jornal electrónico.

O mesmo informante salienta ainda que apesar da decomposição do corpo, Semedo foi reconhecido porque as queimaduras no rosto foram ligeiras. "Os seus assassinos ter-lhe-iam colocado uma máscara quando o desviaram da cidade para o local onde foi queimado", supõe.

Até agora não se conjectura qualquer relação entre este homicídio e os alegados ajustes de contas por tráfico de droga, que têm assolado o país nos últimos tempos. Assalto é a hipótese mais firme, embora haja quem especule sobre eventuais conflitos familiares.

O certo é que, depois de quatro dias desaparecido, Mário Semedo foi encontrado queimado e morto, a 17 quilómetros da Praia, numa ribeira entre a Capela Bom Sossego e São João Baptista, depois do Caniço da Cidade Velha. Depois de se inteirar da ocorrência, a POP encaminhou o processo à Polícia Judiciária que dirige neste momento as investigações.

Dado o avançado estado de decomposição, o corpo do malogrado Mário Semedo teve que ser imediatamente inumado, tendo o enterro saído esta manhã, da morgue do Hospital Agostinho Neto.



POSTO SANITÁRIO DE CALHETA SÃO MIGUEL

## Faltam enfermeiros e equipamentos em SÃO MIGUEL

A situação sanitária de São Miguel "é bastante crítica devido à falta de enfermeiros e equipamentos", denuncia Dionísio Semedo, delegado de Saúde de São Miguel. Segundo ele, a escassez de equipamentos e o reduzido número de enfermeiros "está a degradar a situação sanitária provocando uma deficiência na assistência às populações".

O funcionamento do único posto de saúde existente na zona de Calheta é assegurado por apenas dois médicos e três enfermeiros, o que, segundo o delegado de saúde local, é manifestamente insuficiente para os cerca de 16 mil habitantes do concelho. "É necessário que se faça uma intervenção para se evitar grandes problemas de saúde em São Miguel", alerta Dionísio Semedo.

Segundo esse responsável, o espaço onde funciona o posto de saúde não tem "condições de internar os doentes. Por isso os casos graves são transferidos para o hospital municipal de Santa Catarina, Santa Cruz ou Praia para terem o tratamento adequado".

Para agravar o quadro, a nível das infra-estruturas, este posto sanitário sofre de muitas carências: dispõe apenas de uma única sala de internamento que acolhe homens, mulheres e crianças. Não bastasse isso, quando che-

ga ao local um caso grave, na falta de equipamentos necessários, os doentes são evacuados através da única ambulância que a delegacia possui. Algumas pessoas chegam até a morrer no caminho, mas Semedo garante que "não é por falta de cuidados".

"Presenciei um caso que foi agressão com arma de fogo, não podíamos fazer mais nada. Outro caso foi uma emergência evacuada para a Praia, mas a vítima não aguentou e acabou por falecer no caminho. Não considero que esses trágicos desfechos se devam à falta de condições técnicas e materiais do Centro de Saúde", assegura.

Entretanto, os utentes são mais incisivos nas suas críticas. Queixam-se de falta de uma sala de espera e mostram-se insatisfeitos com o facto de terem de comprar seringas e medicamentos. "Na segunda-feira passada, quando cheguei ao posto de saúde com o meu filho doente, mandaram-me comprar seringa para que o meu filho pudesse receber uma injeção. Se fosse para morrer já teria morrido", queixa Maria, insatisfeita.

Quanto a essa questão, Dionísio Semedo diz que no posto sanitário há seringas e medicamentos para os casos de emergência. Mas "as pessoas reclamam, sem direito. Pensam

que quando se trata de saúde têm direito a tudo". Esse delegado apresenta dados estatísticos segundo os quais "a população gasta apenas 1 por cento do seu salário com a saúde. E toda a gente traz atestado de pobreza, até os funcionários".

Críticas de uns, defesa de outros, o certo é que para o melhor conforto dos utentes, neste momento, estão a ser feitas obras que vão determinar mais uma extensão do centro de saúde. "Estamos a transformar o actual banco de urgência em lugar de recepção, de modo que as pessoas não fiquem lá fora à espera pela consulta", explica Dionísio Semedo.

Mas, tendo em conta as necessidades do sector em São Miguel, Semedo avança com outras boas notícias. Segundo ele, em Julho, vai começar a construção do Centro de Saúde de Calheta, em Veneza, enquadrado no projecto de Santiago Norte financiado pela cooperação Luxemburguesa. Dionísio Semedo, espera que o futuro Centro de Saúde "seja equipado, para termos melhores condições de saúde, para que não tenhamos que deslocar para fazer exames em outros lugares".

Aidê Carvalho

## SÃO PEDRO RECORDA MORTE DE 12 PESCADORES

# Memórias do mar

A morte de 12 pescadores da aldeia de S. Pedro voltou a ser recordada por essa comunidade, quatro anos após o acidente no canal entre S. Vicente e a ilha de Santa Luzia. Foi no dia 8 de Fevereiro de 2001, quando dois botes transportando pescado e 12 homens do mar desapareceram na sua viagem de regresso à ilha do Porto Grande, após um dia de faina.

Ninguém ficou vivo para contar a aventura. A notícia arrasou os familiares da aldeia e levantou novamente a bandeira da segurança marítima nos mares de Cabo Verde. Desde essa data, a associação dos pescadores de S. Pedro adoptou uma postura mais interventora no processo de formação dos homens do mar. "É difícil recordar esse acontecimento mas é a vida", lamenta Celestino Almeida, presidente da referida organização dos pescadores, para quem o acidente ocorreu devido a dois as-

pectos interligados: a escassez de pesca-pectos nas águas costeiras e o facto das embarcações usadas na pesca artesanal serem inapropriadas para a faina no mar alto.

Desde essa data, jamais a comunidade piscatória de S. Pedro esteve tão animada e envolvida no programa de actividades desenvolvido pela associação local para assinalar a tragédia como aconteceu este ano. Segundo Almeida, toda a aldeia esteve sintonizada e o nível de adesão e de participação excedeu a expectativa. "As próprias mulheres sugeriram a realização de uma prova de natação, que decorreu lindamente", exemplifica.

No capítulo desportivo, além da nata-ção, o programa incluiu encontros de futebol-11, torneios de bisca, corrida de resistência e uma regata de botes a remo. A festividade foi encerrada no dia 7, com a realização de uma palestra animada por

dois técnicos do INDP - Instituto das Pescas - que falaram aos pescadores sobre o Futuro do Sector das Pescas.

"Nunca devemos esquecer a tragédia que atingiu a nossa comunidade piscatória. E muita gente pensa que esse foi o único acidente trágico na história desta aldeia. Antes disso, outros quatro pescadores morreram no mar, em dois acidentes. Portanto, são dezasseis pescadores de S. Pedro que já perderam a vida no oceano", recorda Celestino Almeida, que levanta a forte possibilidade dos 12 pescadores terem enfrentado nesse dia um mar super cavado e que revirou as duas embarcações: um bote de oito metros e um auxiliar de apenas três metros de comprimento. Nenhum cadáver foi resgatado, apenas o casco de um dos botes surgiu numa praia, dias depois da tragédia.

Kim-Zé Brito

# Código de Estrada renovado

A entrada em vigor do novo código de estrada está apenas pendente de autorização legislativa. O documento, elaborado pela Direcção-Geral de Transportes Rodoviários (DGTR), em parceria com a Direcção Geral de Viação (DGV) portuguesa, vai introduzir mudanças de fundo no instrumento regulador do sistema rodoviário cabo-verdiano. O código actualmente em vigor baseia-se no antigo código de estrada português de 1954 e em normas adoptadas por Portugal em 1994, no que concerne a esta matéria.



**D**e acordo com o Director-Geral da DGTR, Jeremias Furtado, “a inovação fundamental reside no facto de o código deixar de ser convencional, para passar a basear-se em contra-ordenações”, o que na prática significa que, ao infringir as regras de trânsito, o condutor não esteja obrigatoriamente a cometer um crime, como acontece hoje. Mediante este novo enquadramento, as infracções menos graves vão deixar de ser julgadas em tribunal, como ocorria até agora, para passarem a ser resolvidas a nível administrativo, pela DGTR.

Com vista a materializar esta mudança, a Direcção-Geral de Transportes Rodoviários vai incorporar na sua estrutura um Gabinete Jurídico e Contencioso, que se encarregará de tramitar os casos menos complexos. Esta alteração vai permitir, de acordo com Jeremias Furtado, “dar competências à administração para libertar os tribunais, aumentando a celeridade dos processos”.

O Director-Geral refere também que uma das pretensões do novo documento é promover “uma maior articulação das vá-

rias entidades que estão envolvidas no código de estrada, entre as quais a polícia, a DGTR e entidades judiciais” através, por exemplo, do redireccionamento para o código penal de todos os processos com implicações criminais.

Como forma de precaver alterações desnecessárias do código, a DGTR remeteu a regulamentação de matérias em constante mutação como a sinalização ou exames e escolas de condução, para futuros regulamentos, de forma a não interferir com a espinha dorsal do documento.

## NOVOS LIMITES

As normas que entrarão em vigor com o novo código são vastas, abrangendo, entre outros aspectos, a fixação de novos limites de velocidade (dentro das localidades a velocidade máxima passa de 60 para 50 km/h), o emprego de uma nova classificação de automóveis, a introdução de subcategorias das cartas de condução automóvel e a não apreensão de cartas de condução enquanto não houver decisão administrativa ou judicial.

Na área da segurança, o código aumen-

tou a idade mínima para o transporte de crianças no banco da frente dos 10 para os 12 anos.

As infracções vão ser categorizadas em contra-ordenações leves, punidas apenas por coima, e graves e muito graves, punidas com coima e com sanções acessórias que poderão ir, mediante o caso, da inibição de conduzir à apreensão de veículo.

Entre as infracções consideradas graves encontra-se, por exemplo, o excesso de velocidade superior a 20 km/h acima dos limites estipulados, trânsito dos veículos em sentido oposto, e entre as muito graves, o estacionamento de noite nas faixas de rodagem ou a utilização dos máximos, com vista a provocar encadeamento.

O espectro do valor das diferentes coimas fixar-se-á entre um mínimo de 5 mil escudos e um máximo de 200 mil escudos.

A entrada em vigor do novo código vai exigir, segundo o director-geral, “o compromisso com a dotação de meios técnicos à DGTR e à polícia, a formação e reciclagem dos agentes de trânsito e o reforço das entidades judiciais, no sentido de imprimir maior celeridade à justiça, como forma de evitar a prescrição de processos”.

## APOIO PORTUGUÊS

Numa entrevista concedida na semana passada à agência Lusa, o ministro cabo-verdiano das Infra-estruturas e Transportes, Manuel Inocêncio Sousa, realçou o “apoio inestimável” da Direcção-Geral de Viação portuguesa na delimitação do novo código de estradas de Cabo Verde.

A aproximação do código cabo-verdiano ao modelo português vai permitir, a partir do momento da sua entrada em vigor, o reconhecimento recíproco das cartas de condução portuguesas e cabo-verdianas, sem necessidade de realização de novos exames.

A contribuição da DGV para o reforço institucional da sua congénere cabo-verdiana estende-se para além da formalização do código de estrada. No âmbito da cooperação entre as duas entidades, foram oferecidas à DGTR equipamentos de apoio à sua capacidade de fiscalização, como alcoolímetros, radares laser e viaturas. A formação de técnicos cabo-verdianos na área da inspecção de veículos automóveis particulares é também apoiada e suportada pela DGV.

Pedro Cardoso

## COOPERAÇÃO CABO VERDE

# INOCÊNCIO SOUSA alarga parcerias com Itália

O ministro do Estado, Infra-estruturas e Transportes está em Itália desde quarta-feira, 09, para discutir a cooperação entre Praia e Roma e orientar os apoios do governo italiano para o investimento privado neste arquipélago. Mas Manuel Inocêncio Sousa pretende igualmente alargar e estreitar essa relação e introduzir outras vertentes, nomeadamente, as infra-estruturas, transportes, pescas e saúde.

Esta ofensiva político-empresarial resulta, segundo Inocêncio Sousa, de um encontro entre ele e o vice-ministro da Itália realizado em Outubro último, na capital do país. Esta foi, aliás, a primeira oportunidade que os executivos de José Maria Neves e Silvio Berlusconi tiveram para discutir a cooperação entre os dois países. “O objectivo desta nossa deslocação à Itália é orientar o governo italiano especialmente para o apoio ao investimento privado em Cabo Verde, privilegiando parcerias público/privado e privado/privado. Vamos discutir ainda alguns aspectos liga-

dos às infra-estruturas e a possibilidade de parcerias, por exemplo, entre a ASA e as empresas italianas de transportes aéreos e turismo”, revela Inocêncio Sousa.

No caso da ASA em particular, esta é uma parceria que, frisa o governante, faz todo o sentido por estarem em curso os trabalhos de modernização do aeroporto da Boa Vista e surgem novas possibilidades de parcerias para o desenvolvimento de infra-estruturas no Sal e Boa Vista, ilhas que concentram a maior parte do investimento italiano em Cabo Verde.

“Vamos falar do alargamento desses investimentos para a pesca, infra-estruturas, transportes e saúde, para além do turismo, que é o sector de maior concentração do investimento italiano”, assegura o MIT, realçando que, por ocasião da visita do vice-ministro italiano, ficou assente que Roma realizaria uma acção de promoção de condições de investimento externo neste arquipélago, que retribuiria criando ambiente para acolher esses investimentos.

“Vimos com uma delegação forte, com representantes da Cabo Verde Investimentos, ASA, Enapor para apresentar as possibilidades de parcerias. Vamos apresentar o nosso programa de modernização das infra-estruturas, para além de reforçar a sensibilização para o investimento no turismo”, conclui Inocêncio Sousa, que nessa sua deslocação à Itália encontrará com vários membros do executivo italiano, entre eles o vice-presidente do governo italiano, Marco Follini, e ainda com a comunidade cabo-verdiana residente nesse país.

Ainda na Itália a promoção de Cabo Verde prossegue com a participação destes ilhas na Feira do Turismo de Milão, um dos maiores certames do mundo desse género. Esta ofensiva político-empresarial acontece dias depois de uma outra missão ter “mostrado” Cabo Verde na França, missão essa chefiada pelo ministro da Economia, João Pereira Silva.

Constância de Pina